

Ata da Sexta Sessão Ordinária, do Quarto ano da Décima Quarta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos vinte de março de dois mil e doze, às dezenove e trinta horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri. Vice-Presidente Sr. Fábio Augusto Pina. Secretários Srs. Rubens das Virgens e Alfredo Chiavegato Neto. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Alfredo Chiavegato Neto para proferir o seguinte texto: Carta aos Hebreus – Capítulo 11, versículos 1 a 7: “A fé é um modo de já possuir aquilo que se espera, é um meio de conhecer realidades que não se vêem. Foi por causa da fé que os antigos foram aprovados por Deus. Pela fé, sabemos que a Palavra de Deus formou os mundos; foi assim que aquilo que vemos originou-se de coisas invisíveis. Pela fé, Abel ofereceu a Deus um sacrifício melhor que o de Caim. E por causa da fé, ele foi declarado justo, e o próprio Deus afirmou que aceitava os seus dons. Embora estando morto, Abel continua falando pela sua fé. Pela fé, Henoc foi levado embora, para que não experimentasse a morte. E não foi mais encontrado, porque Deus o levou; e antes de ser levado, foi dito que ele agradava a Deus. Mas é impossível agradar a Deus sem a fé. De fato, quem se aproxima de Deus, deve acreditar que ele existe e que recompensa aqueles que o procuram.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama e Rubens das Virgens. Deixou de comparecer o Sr. Rainero Venturini. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: primeiramente, foram colocadas em votação as Atas da Sessão Ordinária anterior e da Segunda Sessão Extraordinária, realizada em treze de março de dois mil e doze, as quais foram aprovadas por unanimidade de votos pelo Plenário e assinadas pela Mesa. Foi, também, assinada pela Mesa, a Ata da Sessão Solene de Instalação da Décima Legislatura da Câmara Mirim, realizada em quinze de março de dois mil e doze. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente: primeiramente, o Sr. Edison

Cardoso de Sá pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Senhor Prefeito, dos Projetos, dos Requerimentos, das Indicações e das Moções dos Senhores Vereadores, bem como das correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação o requerimento, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, do Senhor Prefeito foram lidas as ementas dos seguintes ofícios: 1. Ofício DER nº 025/2012, encaminhando a Casa Projeto de Lei Complementar que substitui o Anexo Único, da Lei Complementar nº 206/2012, que versa sobre o quadro de servidores da Prefeitura, e dá outras providências, depois de lido, foi o referido projeto encaminhado para as Comissões Permanentes, para parecer; 2. Ofício SEGOV nº 0072/2012 dando resposta ao Requerimento nº 004/2012 do Sr. Edison Cardoso de Sá solicitando informações de quantos empregos foram gerados em 2011, na Prefeitura; 3. Ofício SEGOV nº 0073/2012 dando resposta ao Requerimento nº 132/2011, da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando informações se estão sendo cumpridas as Leis Estaduais nºs 12.916/2008 e 55.373/2011, ambas referentes à proteção dos animais e se o Governo Estadual está designando subvenções para este Município, referente à tais leis; 4. Ofício SEGOV nº 77/2012 acusando o recebimento das Indicações nºs 035, 036 e 037/2012 da Sra. Maria Nalva Vieira Gama; 034, 038, 040, 041 e 042/2012 do Sr. Rubens das Virgens; 043/2012 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri e 039/2012 do Sr. Edison Cardoso de Sá; 5. Ofício SEGOV nº 78/2012 acusando o recebimento do Requerimento nº 019/2012, da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando informações sobre cobranças clandestinas nas vagas do estacionamento no Centro Cultural, e quais providências que a Administração está tomando para banir essa cobrança; 6. Ofício SEGOV nº 79/2012 acusando o recebimento do Requerimento nº 020/2012 do Sr. Airton Braulino Jorge solicitando à Expresso Metrôpolis Transportes e Viagens Ltda. que os ônibus suburbanos que fazem a linha Jaguariúna-Campinas e vice-versa, possam adentrar na Rodoviária de Campinas (com cópia para o Sr. Prefeito Municipal); 7. Ofício SEGOV nº 80/2012 acusando o recebimento do Requerimento nº 21/2012 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando informar se existe um cronograma de limpeza das ruas e terrenos baldios do Município; 8. Ofício SEGOV nº 82/2012 dando resposta ao Requerimento nº 009/2012 da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando informações sobre quando foi realizado o desassoreamento das lagoas do Parque dos Lagos. A seguir, dos Senhores Vereadores foram lidas as ementas das seguintes proposições: Projetos: 1. De Lei do Sr. Rainero

Venturini, que dispõe sobre medida de incentivo à doação voluntária de sangue e dá outras providências; 2. De Decreto Legislativo da Sra. Karina Valéria Rodrigues que dispõe sobre concessão de título de “Cidadão Jaguariunense”, ao Sr. Eliseu Rodrigues de Oliveira, depois de lidos, foram os referidos projetos encaminhados para as Comissões para parecer. Requerimentos: 1. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal informações sobre gastos detalhados com o Carnaval 2012; 2. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal informações sobre reuniões com Secretaria Competente para tratar sobre o aumento salarial do funcionalismo público, e se os Vereadores desta Casa serão convidados para tais reuniões. Indicações: 1. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal reforma e manutenção de placas indicativas de toda cidade, principalmente, a existente no trecho entre a rua Júlia Calhau Rodrigues e Alameda dos Silva, no bairro Nova Jaguariúna; 2. Do Sr. Rainero Venturini solicitando ao Executivo Municipal melhorar as condições físicas da E.M. “Prof. Irineu Espedito Ferrari.” (acompanha abaixo-assinado); 3. Do Sr. Airton Braulino Jorge solicitando ao Executivo Municipal limpeza, poda do mato, manutenção geral no CEMA; 4. Do Sr. Airton Braulino Jorge solicitando ao Executivo Municipal fazer uma rampa de acesso da Av. Marginal com a rua Alfredo Engler; 5. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal fechar um buraco na rua Ademar Ferrari, no bairro Dona Irma; 6. Da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal feitura de muro com cobertura e portão na área utilizada para estacionamento de veículos em frente ao Departamento de Odontologia, ao lado da Câmara Municipal, bem como contratação de um vigilante; 7. Da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal criar, na Prefeitura, uma Ouvidoria dos Funcionários Públicos Diretos e Indiretos; 8. Da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal promover programas de melhoramento e/ou capacitação para professores da Rede Pública de Ensino Municipal, inerentes à Educação, inclusive de alunos portadores de necessidades especiais; 9. Da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal providência quanto aos caminhões que ficam parados na pista na Av. Avenida Emílio Marconato, em frente ao Condomínio Industrial, nas Chácaras Primavera, durante grande parte do dia e da noite; 10. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal elaboração de estudos que viabilizem a implantação de uma Sala Jurídica na Prefeitura ou outro espaço que leve o nome do Sr. José Emílio Pires Bergamasco; 11. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal recolocação da

placa de início da construção do Centro de Lazer, Ginásio Caio Pompeu de Toledo. Moções: 1. Dos Srs. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Fábio Augusto Pina, Rubens das Virgens, Alfredo Chiavegato Neto, Airton Braulino Jorge, Edison Cardoso de Sá, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama e Rainero Venturini de pesar pelo passamento da Sra. Dra. Ana Olívia Bontivoglio, ocorrido brutalmente, em 5 de março do corrente, aos 49 anos, nesta cidade; 2. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri de congratulações e louvor à realização Operação Cidade Limpa pela Secretaria de Serviços Urbanos. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. Convite da Faculdade de Jaguariúna e Editora Senac São Paulo para lançamento do livro “Gestão de Tributos na Empresa Moderna” de Antonio de Loureiro Gil, Flávio Fernandes Pacetta, João Antonio Pizzo, José Eduardo Moge, Paulo Roberto Galvão e Rogério Leite, dia 27 de março de 2012, às 19h00, no Espaço Cultural da FAJ – Campus I; 2. Ofício nº 005/2012 do Presidente da Associação Desportiva Jaguariúna solicitando atuação dos Vereadores para cobrar o Executivo Municipal uma posição sobre ocorrência acontecida no dia 19 de fevereiro de 2012, envolvendo o atual Secretário Municipal de Esportes; 3. Ofício 33/2012 do Sr. Secretário Municipal de Relações do Trabalho acusando recebimento da Moção nº 008/2012 do Sr. Airton Braulino Jorge e Outros de congratulações e louvor à Secretaria de Relações do Trabalho, pela conquista do segundo ano consecutivo de Jaguariúna, como sendo a cidade que mais empregou pessoas nas empresas pertencentes à RMC, conforme matéria publicada no jornal Correio Popular do dia 05 de fevereiro de 2012; 4. Ofício nº 256/2012 da Sra. Secretária Municipal de Educação, acusando o recebimento da Moção nº 014/2012 da Sra. Karina Valéria Rodrigues e Outros de congratulações e louvor à Sra. Cássia Murer Montagner, Secretária Municipal de Educação, pelo trabalho que vem realizando à frente daquela Secretaria; 5. Of./SETUC-119/2012 da Sra. Secretária Municipal de Turismo e Cultura acusando o recebimento da Moção nº 006/2012 da Sra. Maria Nalva Vieira Gama e Outros de apoio à Secretaria de Turismo e Cultura pela inauguração da Escola das Artes de Jaguariúna, acontecida em 4 de fevereiro no Centro Cultural; 6. Cópia do Termo de Compromisso de Ajustamento De Conduta, assinado entre o Ministério Público do Estado de São Paulo – Promotorias de Justiça do Consumidor e do Meio Ambiente de São Paulo, e a APAS – Associação Paulista de Supermercados, referente ao uso das sacolas reutilizáveis em substituição às descartáveis para o transporte das mercadorias adquiridas em lojas de seus associados. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as Proposituras abaixo, comunicando que se

houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: 1. Requerimento do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal informações sobre gastos detalhados com o Carnaval 2012, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal informações sobre reuniões com Secretaria Competente para tratar sobre o aumento salarial do funcionalismo público, e se os Vereadores desta Casa serão convidados para tais reuniões em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Moção dos Srs. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Fábio Augusto Pina, Rubens das Virgens, Alfredo Chiavegato Neto, Airton Braulino Jorge, Edison Cardoso de Sá, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama e Rainero Venturini de pesar pelo passamento da Sra. Dra. Ana Olívia Bontivoglio, ocorrido brutalmente, em 5 de março do corrente, aos 49 anos, nesta cidade em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 4. Moção do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri de congratulações e louvor à realização Operação Cidade Limpa pela Secretaria de Serviços Urbanos em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores, que quisessem fazer uso por oito minutos, seguindo ordem de inscrição em livro, versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomariam a palavra os Srs. Maria Nalva Vieira Gama, Rubens das Virgens e Airton Braulino Jorge que a passaram; tomou a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo que naquela semana, mais uma vez, não tinham tido uma resposta com relação ao aumento proposto pelo Executivo, através de uma negociação junto ao funcionalismo, para que esta Câmara pudesse votar; disse que a data base para o dissídio da categoria, agora era março, haja visto que eles percebiam já o valor com aumento a partir desse mês, e, infelizmente, até aquele momento, era a última sessão que eles teriam no mês, nada tinha sido encaminhado a Casa; disse ter ficado sabendo que na última reunião que teve dos funcionários do Sindicato juntamente com membros do Executivo, a proposta tinha sido algo em torno de quatro e meio por cento, o que não agradou a ninguém, sendo que a reunião, posteriormente, havia acabado rapidamente em virtude de não ter uma discussão mais ampla e um acordo; disse que gostaria de lembrar, e que no ano anterior tinha passado batido, que na Lei Orgânica falava que, pelo menos, todo ano tinha que haver a reposição salarial, no mínimo pelo índice, que hoje, se não se enganava, o índice do funcionalismo era o INPC ou IPC, se não se enganava, e achava que

era o INPC; disse que, pelo menos que fosse dado o INPC e o que eles estavam ouvindo, também, agora, era que esta discussão estava se estendendo em virtude de que o Executivo iria mandar para a Casa, em breve, um Plano de Carreira para o funcionalismo, ou seja, para se propor este Plano de Carreira iria mudar o sistema previdenciário do Município, e que hoje contribuía com um Regime Celetista, e a Prefeitura queria implantar, agora, no fechar das portas da Administração, um Regime Estatutário, onde quem só ganhava com isso era o Município, enfim, o funcionalismo, realmente, saía perdendo, e muito; disse que até aquele momento algumas reuniões foram feitas, com alguns funcionários para propor o Regime, e até aquele momento eles só ouviram descontentamento por parte dos funcionários, que a grande maioria, que recebiam, mensalmente, um salário até próximo de três mil e oitocentos reais, que era o teto do INSS; disse que falava isso porque em se implantando o Regime Estatutário no Município, iriam abrir mão de conquistas centenárias, que era a CLT, e para se alterar a CLT, depois de várias conquistas, dependia do Congresso Nacional, onde eram mais de quinhentos deputados, que ali tinham, no seu âmago, que a CLT era o Regime Previdenciário do País, e o defendia com unhas e dentes, e para mudar a CLT, todos sabiam que era muito difícil; disse que se eles alterassem esse Regime, que levou anos para evoluir e chegar nas conquistas que os trabalhadores conquistaram, abrir mão disso para ficar com um regime estatutário, onde apenas cinco Vereadores podiam mudar a qualquer momento, era muito complicado; disse que falava isso porque era o mínimo de votos necessário para se aprovar na Casa, qualquer mudança no meio do caminho do Regime Implantado; disse que era de se pensar muito nesta discussão, onde voltava a dizer, quem iria ser o único beneficiado disso era o Município, que iria deixar de recolher aos cofres federais, o percentual, que era um percentual alto, a nível de contribuição patronal, que era o que o Município tinha que contribuir; disse que o funcionalismo iria sair perdendo, e muito, e que se falava muito em aposentadoria, e esse era o grande trunfo, do Executivo para que isso fosse implantado, que a partir do momento que os funcionários se aposentavam, eles iriam se aposentar com o salário integral, mas isso, desde que o Município tivesse um fundo, e esse fundo pudesse arcar com essas despesas, e que sabiam que para isso ocorrer, eles tinham que criar uma estrutura dentro do Município, onde tivessem pessoas que iriam gerenciar o fundo, e para se gerenciar esse fundo, que não houvesse equívocos, tinha que ser muito bem gerenciado; disse que o fundo do INSS, com todos os olhos de toda a sociedade em cima, ainda tinha gente que metia a mão, e pediu para que imaginassem, num município, onde pouco se poderia ter as informações, o que

não poderia acontecer com esse fundo, e o que seria desses funcionários num futuro breve; disse que se o argumento para que esse projeto de aumento dos servidores, estivesse se estendendo, e ele não vinha até a Casa para ser votado o quanto antes, era por causa disso, voltava a dizer, na sua concepção, o seu voto era contrário a esse tipo de projeto de lei, em se mudar esse Regime no Município; voltou a dizer que eram conquistas da CLT que eles não podiam abrir mão, o que o funcionário Celetista tinha no Município, nem o Estatutário, em nenhuma cidade possuía; disse que não tinha argumentos para se mudar isso, e o que precisava ser feito, era valorizar o funcionalismo, dar um aumento significativo, que era o que todo mundo estava esperando, para que, realmente, repusessem as perdas, não só desde ano, mas do ano passado, também, que só teve cem reais de abono, e em nenhum momento na história do Município, tiveram um ano que o funcionalismo não tivesse aumento, e que se ouvia falar, e foi ventilado na imprensa, o regime previdenciário do Município de Holambra, era Estatutário, e fazia, aproximadamente, oito anos que não tinha aumento salarial no Município de Holambra, e que neste ano teve vinte por cento, e ninguém lá estava contente, e que o salário do funcionalismo de Jaguariúna, apesar de não ter tido os aumentos necessários, ainda era um dos maiores da Região Metropolitana em todos os níveis de faixa salarial; disse esperar que o Município, através do Executivo, não deixasse prosseguir essa discussão, para que ela viesse para a Casa; voltou a dizer que deixar um Regime para apenas cinco Vereadores mudar a qualquer momento em determinadas legislaturas, através de prefeitos que poderiam entrar, e, realmente, achar que alguma coisa tinha que ser mudada, era uma carta muito branca, um cheque em branco dado ao Prefeito e que esperava que eles não pudessem fazer isso, e voltou a dizer que, para se mudar o regime Celetista era complicado, sabiam disso, porque a conquista que os empregados adquiriram ao longo dos anos era enorme, e disse de não abrirem mão disso, e que podia dizer que a maioria dos funcionários estava contra esse projeto, noventa por cento, e que só era favorável quem ganhava mais de três mil e oitocentos reais, e sabia que era uma grande minoria, e pediu que não deixassem isso prosseguir; disse que observou que tinha muita gente na Casa, naquele dia, do bairro Bom Jardim, Floresta e Santo Antonio, e acreditava que muitos deles vieram para mais uma reivindicação, que achava que seria o asfalto, e deixou sua sugestão, mais uma vez, e disse que, infelizmente, no ano anterior não tiveram a oportunidade de fazer isso, e só tinha uma maneira de sair aquele asfalto, através de recursos próprios do Município, era eles apresentarem uma emenda no Orçamento, reduzirem o poder que o Prefeito tinha de distribuir a verba

como bem ele entendia, e ele teria certeza que, no ano que viria, aquela obra sairia lá, e que era só eles mudarem o orçamento, simples de tudo; disse que hoje, o Prefeito, tinha quarenta por cento para remanejar o orçamento de qualquer maneira, e que essa reivindicação deles, poderiam propor ali, através de uma emenda no Orçamento para este ano, só que acontecia o seguinte: o prefeito que entrasse... tendo soado o alarme do tempo, o Vereador pediu que gostaria de rever o tempo, disse ao Presidente, porque aquela hora era oito horas, e era uma hora e meia, se dividissem pelo número de inscritos, achava que dava um pouquinho mais, e que era só para ele poder terminar e concluir; continuou dizendo que eles poderiam, no ano que viria, garantir o recurso necessário para que esta obra acontecesse, e que era só não deixar o Prefeito gastar ao bel prazer, diminuir a margem que ele tinha de remanejamento do orçamento, que hoje era de duzentos e trinta e três milhões, e que ele já tinha mandado algumas propostas de aumento orçamentário que tinha sido aprovada na Casa por excesso de arrecadação, e que nem o ano tinha começado já tiveram excesso de arrecadação, de aproximadamente mais uns oito milhões, e que tinham algo em torno de duzentos e quarenta milhões e o Prefeito tinha condições de remanejar, e que quarenta por cento de duzentos e cinquenta milhões, estavam falando aí em cem milhões de reais, aproximadamente; disse que se pegassem uns dez milhões e colocasse para ser feita a obra daqueles moradores, o Prefeito poderia pegar esses dez milhões e gastar com qualquer outra coisa, porque aquilo que eles faziam na Casa, se não tivessem a forma de cobrar e a forma de cobrar era através de deixar um orçamento mais fechado, onde, realmente, pudessem canalizar os recursos para obras que eram necessárias, se não fizessem isso, o Prefeito faria o que bem entendesse, e eles ficavam figurando ali e vendo o sofrimento deles, naquela região; disse esperar que a promessa que foi feita para eles, numa reunião que teve no bairro, que fosse cumprida o quanto antes, e voltou a dizer que se eles ficassem esperando verbas federal e estadual, que era a única forma deles poderem ter recursos para fazerem obras, hoje, em qualquer esfera, fosse na Educação, Saúde, Saneamento Básico e Obras, e que se não tivesse verbas de fora, o Orçamento do Município já não dava mais conta, acabou-se o dinheiro do Município, e que eles iam ficar brincando de ser prefeito; disse que tiveram um índice divulgado, na segunda-feira, pelo jornal “Todo Dia”, e o Fabinho iria falar, posteriormente, disso, onde Jaguariúna, a terceira colocada no Brasil, caiu para duzentos e tantos, e o índice de endividamento estava crítico; agradeceu; a seguir, tomaria a palavra o Sr. Edison Cardoso de Sá, que a passou; tomou a palavra o Sr. Fábio Augusto Pina que cumprimentou a todos, dizendo que era um prazer falar

com a Casa cheia, lotada, e que sabia que os moradores do Santo Antonio do Jardim, Bom Jardim, Floresta, e algumas regiões próximas, vinham numa luta muito grande, para que fosse asfaltado o bairro, para que acabasse a poeira, que os carros pudessem transitar normalmente, para o transporte público ser mais rápido, de melhor qualidade, e só complementando o que o nobre Vereador Alfredo tinha falado, cabia ao Executivo, realmente, e que eles tentaram, naquele ano, diminuir o remanejamento, e isso não foi possível, e tinha que constar no Orçamento, e além disso, ele acreditava que mesmo com a verba federal, estadual, sabia-se Deus de onde vinha, seria difícil fazer o projeto, haja visto tantos projetos na Cidade, com verbas, o Posto de Saúde Central, AGIMCAMP, estava chovendo dentro, foi verba, não fizeram o projeto; mais uma vez a piscina; lá em cima no João Aldo Nassif, CREAS, também, a UPA, e que tinha até o dinheiro, mas não conseguia executar, e que ficava muito difícil, mas que tinham que continuar lutando, e lutando muito e todo mundo junto; disse que agradecia a força e a presença, e que iriam continuar caminhando; disse que falando, também, do aumento salarial, só complementando o que o Alfredo disse, e parabenizando o pedido do nobre Presidente da Casa, para que eles pudessem fazer parte das reuniões, disse que na segunda-feira foi desmarcada a reunião com o Sindicato, e naquele dia, novamente; comentou que se nem o Sindicato da categoria, que representava os servidores municipais, estavam sendo respeitados, e eles, Vereadores, também, não foram chamados, achava que era um absurdo, e que achava que os servidores municipais, que estavam na linha de frente para atender aos munícipes, para ter um melhor atendimento, tudo, merecia um pouco mais de dignidade, de mais respeito pela municipalidade; disse que era fácil ficar andando de ônibus, era fácil sentar ali na praça numa segunda-feira de manhã, e jogar truco, era a coisa mais fácil do mundo, era gostoso, e ele também gostava, e que o difícil era sentar e administrar uma cidade, contrariar interesses; disse que dava vergonha, e que tinha saído no jornal “Todo Dia”, dia dezenove de março: Jaguariúna em dois mil e oito era a terceira cidade no ranking nacional do índice FIRJAN de gestão fiscal; e perguntou o que era aquele índice, na verdade? Disse que ele avaliava gasto com pessoal, receita, investimento, tamanho da dívida pública e capacidade de arcar com a dívida; disse que hoje, Jaguariúna, no ranking estadual ela despencou, estava na linha “C”, quando era “A”, e que a qualidade de vida da cidade estava caindo; não estava tendo investimento, e a dívida estava aumentando, sendo que em dois mil e oito não tinha dívida, e aí vinha o Sr. Prefeito Municipal, num jornal de circulação da cidade, dizer que Jaguariúna fechou no azul, fechou com dinheiro em caixa; exclamou que estava

de brincadeira com o ser humano, era chamá-los de burro, e que não era possível um negócio desses, onde estava o dinheiro deles, então, perguntou; disse que a Cidade estava cheia de buracos, faltava remédio; quem quisesse entrar no Hospital, naquele momento, iria esperar quanto tempo para ser atendido, perguntou; se fosse atendido; disse que as crianças da cidade não tinham uniformes, não tinha material mais, não tinham mais nada, quem dera fazer um asfalto, exclamou; disse que ficava difícil para eles, e só mais um detalhe: tal índice comentado, foi usado de dois mil e dez, e perguntou se eles imaginavam em dois mil e onze, onde eles iriam parar? Exclamou que estavam de brincadeira, e que estavam perdendo para Artur Nogueira, Hortolândia; disse para olharem a arrecadação que tinham no Município, e que isso era um absurdo, não tinha explicação, não tinha desculpa, não tinha, e que ficava indignado, e que por mais que batessem... diante de alguma manifestação no Plenário, disse que a única coisa que se tinha que fazer era jogar baralho, inaugurar placa, galeria de prefeitos, esse tipo de coisa, porque não tinha, não tinha; disse que era muito difícil, e que andavam por aí, de cada dez pessoas, doze vinham criticar a Administração, e que era complicado, mesmo para eles, Vereadores, era muita crítica, era muita gente criticando em todos os aspectos, e que não era algo isolado, ou uma situação para se resolver, era tudo, era tudo; disse que se entrava nas escolas, hoje, as portas estavam caindo, a pintura estava acabando, e que tinha escola que nem banheiro tinham condições de usar mais; entre outras coisas disse que estavam falando de necessidades básicas, não que Esporte não fosse uma necessidade básica, mas as necessidades básicas, a Saúde das crianças, a Educação, o asfalto; disse que estava na hora deles se unirem, medir forças, ir até o fim porque eles precisavam vencer; disse que iriam trazer Jaguariúna, colocá-la no lugar que, realmente, merecia; agradeceu a atenção de todos, desejando boa noite; a seguir, tomou a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que cumprimentou a todos, dizendo que há mais ou menos quinze anos, disse à Vereadora Nalva, que ela tinha assistido à uma palestra, e o palestrante perguntou qual era a diferença entre um sonho e um objetivo, e que todo mundo ficou pensando, e ela mesmo perguntou: qual a diferença entre um sonho e um objetivo? Disse que o objetivo tinha data para acontecer, e o sonho, sonhava, sonhava, sonhava e nunca acontecia; disse achar que algumas iniciativas do Governo Municipal eram sonhos e não tinham metas, não tinham focos; perguntou: iria vir o tomógrafo? Quando iria vir o tomógrafo? Iria ser feito o asfalto? Quando iria ser feito o asfalto? Porque senão, disse, e ela até pedia desculpas, falou ao Sr. Presidente, que o nobre Vereador Renê não estava na Casa, era muito fácil um domingo cedo ir num

bairro e prometer o asfalto e não por data; disse que a questão do asfalto não era uma questão política era uma questão de cidadania; tinha crianças com asma, tinha gente que estragava seus carros, e que o problema era esse: iria vir o tomógrafo? Iria. Mas ninguém dava uma data; iria ser feito o asfalto? Quando iria ser feito o asfalto? Iria ser inaugurada uma creche vinte e quatro horas? Quando iria ser inaugurada uma creche vinte e quatro horas? Exclamou que o balão da Nova Jaguariúna, da rotatória, estava sem iluminação há vinte dias; disse que o problema era esse: iria ser arrumada uma piscina, quando iria funcionar a piscina? Voltou a repetir que, se eles iam, era muito mais coerente, chegar para a população do “Jardim” e falar: “não vai sair o asfalto”, que enrolar, prometer, protocolar e não acontecer; disse que comemoraram na Casa, confirmou com o Dr. Airton, que iria vir um tomógrafo, e que até o mais infeliz do mundo sabia que o tomógrafo era o mais fácil, e que o duro era fazer a sala onde o tomógrafo iria ficar, que custava quase quatrocentos mil reais, e tinha que ser chumbada e demorava sessenta dias para fazer; comprar tomógrafo era caro, mas era fácil, o duro era colocar esse tomógrafo; disse que não podiam mais vender uma ilusão para as pessoas, e que ir cedo num lugar, o nobre Vereador Renê foi, prometeu asfalto, e que as pessoas queriam saber quando isso iria acontecer, a data, o dia, senão eles estariam iludindo crianças, e eles não tratavam com crianças; disse que eles precisavam que a população sentisse, independente, disse ao Sr. Presidente, que naquele ano o discurso era muito antagônico, tinha a oposição, tinha a posição, mas no meio de tudo isso tinha pessoas, tinha criança com asma, que ela conhecia que morava nesta região, tinha carros estragando, tinha ônibus que não entrava, quando chovia estava impossível de entrar, quando estava muito seco tinha muita poeira, e perguntou que qualidade de vida era aquela? Disse ao Sr. Presidente, e que ela discutia isso, e que eles começaram a deixar a população de lado por causa de políticas, sócio-políticas, e que a preocupação deles tinha que ser essa; disse que ela, particularmente, achava que eles tinham que dar prioridade, repetiu, dar prioridades para este tipo de obra, e se tivesse que cancelar a festa de aniversário, se tivesse que cancelar a festa junina, não importava, tinha que priorizar o recurso que eles tinham para aquelas coisas que eram importantes, porque eles já estavam em abril, a Páscoa era dentro de duas semanas, abril, maio, e começava a campanha em junho, e que até o Rodeio passou para agosto, e por sinal, disse ao Sr. Presidente, que ela gostaria que alguém lhe explicasse porque o Rodeio que era um atrativo turístico na Cidade, que movimentava a economia da Cidade, passou de maio para agosto, e que eram coisas que esta Casa não tinha informações, e que ela voltava a repetir, disse ao

Dr. Airton, e fazia público ali, há oito meses atrás eles dois perguntaram onde ia o dinheiro do Teatro, e que no sábado anterior o Teatro esteve lotado, a trinta e cinco reais por pessoa, não teve um ingresso de cortesia para ninguém, nem para baixa renda, e que veio uma produtora de São Paulo fez a peça, embolsou quarenta mil reais, a Prefeitura dava a manutenção do Teatro, pagou a luz, e a empresa pagou cento e vinte reais para usar o Teatro e lucrar quarenta mil reais; disse que eram coisas que a incomodavam, independente se ela iria ser candidata ou não, se iria ser Vereadora, independia, porque tinha gente pobre que queria vir no Teatro, só que não vinha, uma porque era caro e outra porque não tinha ônibus para voltar para a casa dele depois das onze e meia da noite; disse que era para parar da Cidade achar que era só o centro, e que tinham que pensar na periferia e na periferia não de uma forma preconceituosa, porque a Cidade crescia, porque a Cidade crescia para os lados, para o norte, para o sul, e que eram essas pequenas coisas que ela não queria sonhar com um tomógrafo, e que ela queria saber quando o tomógrafo iria vir; disse que ela não queria vender para essas pessoas que iria vir o asfalto, com quinze dias a mais ou quinze dias a menos, mas que ela queria a data, e que eles não tinham essas datas, e que ficava difícil para eles, também, atender à população, porque um dia eles davam uma moção parabenizando um tomógrafo, e ainda não tinham começado a fazer a sala do tomógrafo, e que corria-se o risco do tomógrafo chegar antes da sala; disse que ela, particularmente, ao povo do Bom Jardim, do Floresta, tudo, e que ela não era demagoga, e que ela não iria lá num domingo cedo fingir que iria sair, quando ela tivesse uma data concreta, verdadeira, que iria ser feito o asfalto, ela iria, porque senão eles menosprezavam o povo, e o que eles tinham que entender, que o povo não estava se deixando menosprezar mais, o povo estava vendo que não estava mais tendo qualidade; voltou a repetir que naquele dia eles iriam votar a Lei do Ônibus, e que ônibus aos domingos era grátis, mas poderia-se chamar grátis e fantasma, porque nunca tinha ônibus; disse que a Casa votou uma lei, disse ao Sr. Presidente, que todos os ônibus deveriam ter um GPS para acompanhar no sistema, se o ônibus estava passando, estava parando, e a companhia que não ia; disse que eles, ali, faziam papel de bobo, porque eles criavam uma lei que ninguém respeitava; comentou que o Dr. Airton criou uma lei que todo campo de futebol deveria ter um desfribilador, e que não tinham nem chuveiro; o Mauricinho foi jogar e não tinha nem chuveiro, teve que emprestar o vestiário ao lado, e perguntou se era mentira ao Sr. Presidente, e que não estava falando de um chuveiro alto, porque ele era baixinho, mas não tinha nem chuveiro, e que eles votaram uma lei para ter um desfribilador que custava oito mil reais, quando não se conseguia por um

chuveiro; disse que era para parar com as hipocrisias da parte deles, e como eles podiam votar um desfibrilador, se eles não colocavam um chuveiro, perguntou; como eles podiam querer ônibus grátis quando não tinha ônibus? Disse ao Sr. Presidente que sua preocupação era essa: a eleição era sete de outubro, e que eles estavam adiantando muito a eleição, já estavam politizando qualquer coisa, e o povo não tinha culpa disso; disse que ela, particularmente, pensava que eles deixassem de sonhar para começar a focar, e para ter foco, tinha que ter data, tinha que ter data, repetiu; que dia iria inaugurar o asfalto? Que dia iria começar o asfalto? Que dia iria começar o tomógrafo? Que mês iria começar o tomógrafo? Porque senão eles ficavam numa posição que ela não estava disposta, e que ela queria data, e que a partir daquele dia ela iria cobrar, data, fato concreto, e desejou boa noite; a seguir, tomou a palavra o Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri que cumprimentou a todos os presentes, em especial aos moradores do Bom Jardim, Floresta, que estavam na Casa, novamente, para suas reivindicações; ressaltou que na quarta-feira anterior, a Câmara participando do Parlamento Metropolitano da Região Metropolitana de Campinas, tiveram ali a Vice Presidência, seu nome citado, e que ele foi eleito como Vice Presidente do Parlamento Metropolitano da Região Metropolitana de Campinas, e disse que a Casa estaria sendo representada ativamente neste Parlamento, juntamente com cidades da Região, apontando os problemas da Região Metropolitana de Campinas, principalmente, apontando o problema deles, da Cidade de Jaguariúna, e juntamente com as outras cidades, teriam mais força para agirem; agradeceu, também, a presença do Vereador Edison, que o estava acompanhando no Parlamento, e que era uma coisa sempre importante, e os demais Vereadores também estavam convidados a participarem, também, desse processo do Parlamento Metropolitano; ressaltou, também, que na quinta-feira anterior eles empossaram a Décima Legislatura da Câmara Mirim da Cidade, um ato de cidadania dos alunos do Ensino Fundamental, onde nove Vereadores foram empossados ali na quinta-feira, e agradeceu ao Vereador Fred e ao Vereador Airton que estiveram presentes ali com ele na posse dos Vereadores, enaltecendo esse ato cívico de cidadania, mostrando como funcionava os trabalhos da Casa e, futuramente, criando novos políticos; disse ter feito algumas indicações sobre a participação dos Vereadores na luta do reajuste salarial, e como o Fred disse, já tinha sido citado várias vezes, e que eles estavam ali de fora do jogo; os Vereadores não estavam sendo convidados, colocados frente a frente do problema, dessa luta dos servidores em relação ao abono salarial; disse que estava feita mais uma indicação para ver se eles tinham mais participação; disse ter feito um

requerimento com relação ao gasto do Carnaval de Jaguariúna, e que gostaria de saber item por item, o que foi gasto no Carnaval em Jaguariúna; disse que também tinha feito uma indicação, e pela terceira vez fazia aquela indicação, sobre as placas tortas e caídas e envergadas da Cidade, porque tinha vários locais que as placas estavam completamente tortas, quase encostando nas calçadas, e em alguns locais até impedindo a passagem de pedestres, e também, questionando aqueles “outdoors” que a cada vento que batia eles estavam saindo, e depois eram recolocados, e que era um gasto a mais, e que ele estava fazendo algumas indicações sobre isso; ressaltou, também, o nome do José Emílio Pires Bergamasco, o Zé Emílio, que tinha falecido há, praticamente, um mês atrás, que fosse lembrado seu nome em alguma sala jurídica ou outro bem que pudesse lembrar um cidadão que tinha trabalhado e fez muito pela Cidade, pela Prefeitura Municipal; disse, ainda, que fez uma moção de congratulações à Secretaria de Serviços Urbanos pela “Operação Cidade Limpa”, aos sábados, e que no sábado foi no seu bairro Nova Jaguariúna, e que achava que foi e estava sendo um trabalho árduo e válido, porque depois, fazendo esse mutirão que tinha sido feito, depois era só manter, e mantendo ficava muito mais fácil, a cidade ficava muito mais bonita; desejou boa noite. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama e Rubens das Virgens. Deixou de comparecer o Sr. Rainero Venturini. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: Primeiramente, dos Srs. Rubens das Virgens, Fábio Augusto Pina e Karina Valéria Rodrigues foi apresentado requerimento de urgência especial para que o Projeto de Lei nº 011/2012, de iniciativa do Executivo Municipal, que dá nova redação ao art. 32, da Lei nº 2025, que dispõe sobre a organização dos serviços de transportes público coletivo de passageiros no Município de Jaguariúna e dá outras providências, fosse apreciado em única discussão, naquela sessão. Em discussão e votação foi o referido requerimento aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Airton Braulino Jorge como Relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo

qual, suspendeu a sessão; decorrido o prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão, determinando a leitura do Parecer do Relator Especial designado; a seguir, foi apresentada Emenda aditiva, de iniciativa dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Edison Cardoso de Sá e Maria Nalva Vieira Gama, onde se acrescentou ao final do Art. 32 da Lei, a expressão: “e terá sua vigência até 31 de dezembro de 2012”. Em discussão a Emenda, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, pedindo o apoio dos nobres Pares àquela Emenda, porque mais uma vez o Prefeito insistia em mandar o projeto de lei que gerenciava o transporte público, no Município, sem data prevista para se encerrar; disse que como todos podiam ver, ele apresentou o projeto, ele entraria em vigor na data de sua publicação, e toda vez que eles tiveram a oportunidade de discutir aquele projeto na Casa, colocavam um prazo para que expirasse seus efeitos e que eles pudessem ter a oportunidade de discutir, propor emendas, e, infelizmente, ele insistia em mandar o projeto e mais uma vez ele mandou o projeto, e mais uma vez chegou o projeto sem prazo de expiração, ou seja, se eles não tomassem uma atitude de colocar o prazo, e que agora foi proposto um prazo até trinta e um de dezembro, novamente, neste ano, para que ele expirasse a vigência desta lei, o projeto ficaria ali sem prazo determinado, ocasionando uma perda muito grande de se discutir o transporte público; disse que a emenda foi proposta no final do ano, para que em 31 de março, e que achava que era uma proposta da Vereadora Karina, que pudessem estar discutindo o projeto, novamente, com o Executivo, infelizmente, não tinham sido convidados para uma reunião, a empresa não se pronunciou, enfim, o transporte estava aí sendo feito da maneira que eles bem achavam sem a discussão com a sociedade; pediu aos nobres pares mais uma vez o apoio a tal emenda, que eles pudessem ter, no futuro, o próximo Prefeito, ou o mesmo Prefeito, pudesse ter a oportunidade de discutir com os próximos Vereadores e a sociedade se o projeto de lei tinha que ser, cada vez mais, melhorado; pediu aos nobre Pares apoio a tal emenda para que o projeto tivesse um prazo definido para se encerrar. A seguir, em votação a Emenda Aditiva, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 011/2012, de iniciativa do Executivo Municipal, que dá nova redação ao art. 32, da Lei nº 2025, que dispõe sobre a organização dos serviços de transportes público coletivo de passageiros no Município de Jaguariúna e dá outras providências, (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º, do Regimento Interno). Em discussão e votação, foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos. A seguir, em Única

Discussão, foi apreciado o Processo CM nº 044/2012 do Executivo Municipal, Veto Parcial oposto ao Projeto de Lei nº 036, de 2011, que dá nova redação aos artigos 11 e parágrafo único, art. 12, parágrafo único do art. 13, §§ 2º e 3º do art. 14 e art 32 da Lei nº 2.025/2010, que dispõe sobre a organização dos serviços de transporte público coletivo de passageiros no Município de Jaguariúna, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, XIII para rejeição de veto). Primeiramente, foi feita a Leitura do Parecer da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, favorável ao veto. Não assinou o Parecer, o Vereador Alfredo Chiavegato Neto, Secretário da referida Comissão. A seguir, em Discussão, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo que eles estavam discutindo ali o veto de uma emenda, proposta da Casa, ao projeto encaminhado para votação no final do ano, rezando sobre o transporte público no Município, e que tinham tido a oportunidade de fazer uma emenda, onde a tarifa social que o Prefeito implantou fosse reduzida para cinquenta centavos; disse que estava ali pedindo, realmente, aos nobres pares, que votassem contrários a este veto, e tentou justificar o porquê; disse que o projeto de lei que gerenciava o transporte, foi apresentado na Casa, na primeira semana de janeiro do ano de dois mil e nove, foi votado na primeira sessão de forma corrida, onde muitos erros haviam no projeto, inclusive não se falou, ou melhor, se falava da tarifa que era um real, mas não se falava da tarifa que o Prefeito, por Decreto, podia colocar para o Sistema de Transportes, que era até aquele dia; disse que naquele primeiro ano a tarifa que o Prefeito colocou foi de três reais e trinta centavos, e repetiu, três reais e trinta centavos e a população pagava um real e o Município pagava dois reais e trinta centavos por passageiro, não tinha o controle de passageiros que trafegava por cada ônibus, e pediu para que imaginassem o prejuízo ao erário público; disse que naquela época a passagem, achava que no finalzinho de dois mil e oito, era dois reais e vinte, ou seja, a Empresa continuou ganhando dois reais e trinta, e a população pagando mais um real, e achava que esta tarifa era social, ou seja, faltou dinheiro para a Educação, faltou dinheiro para a Saúde, para manutenção, Saneamento Básico, haja visto o que eles estavam passando com as dificuldades financeiras do Município; disse que se eles davam dinheiro de um lado, de outro lado estava saindo, não tinha milagre; disse que o que estavam propondo e olhando as planilhas encaminhadas no final do ano, com o aumento significativo que teve de passageiros, nada mais justo eles terem uma tarifa mais econômica para a população, se a Prefeitura estava pagando, e perguntou se alguém sabia a tarifa hoje que o Prefeito decretou? Qual a diferença que

estavam pagando de um real? Disse que era complicado, ninguém sabia, repetiu, ninguém sabia, porque ficou por decreto essa tarifa, que poderia ser por lei; disse que era uma forma de burlar tudo e não estar fazendo nada ilegal, e a população estava pagando, e que nada mais justo eles diminuíssem ali porque eles iriam ter que, realmente, diminuir o subsídio em algum lugar, e que era esse o grande problema; e que era lógico que, se se diminuísse o pagamento da população, alguém tinha que pagar um pouquinho a menos, e no caso a Prefeitura ia chegar com a empresa de ônibus e falar que teriam que negociar, porque não tinha jeito, e perguntou se estavam entendendo? Disse que a empresa ganhou demais neste dois primeiros anos no Município, demais, ganhou muito, além de ter um aumento significativo do transporte, e o transporte que, antigamente, por um contrato que tinha quinze anos de exploração, e que acabava neste ano e deveria ser discutido, e que este ano era o último ano que aquele contrato tinha vigor, podia ser discutido, se trazer novas empresas, buscar alternativas de transportes, não se foi feito nada disso, e que o transporte era muito sério, e por que fazia isso? Porque tinha uma forma aí de não se trocar a empresa, que era o grande objetivo de toda sociedade antigamente, se falava que a empresa que era a “Serrano”, depois de transformou em “Metrópolis”, era beneficiada pelos políticos da época, e que hoje continuava a mesma coisa, a empresa era muito mais beneficiada do que era antes; disse que isso era preocupante, e não se falou em trocar empresa, e por que não se falou? “Abaixa a tarifa que a população não reclama!” foi o comentário; disse que antigamente eram dez ônibus, dez ônibus, antigamente, isso há quinze anos atrás, no primeiro contrato que foi feito, dez ônibus, e que hoje eram dezesseis; disse que fazia quinze anos e tinha aumentado sessenta por cento, e o número de usuários aumentou, aproximadamente, trezentos por cento por aquelas planilhas que foram apresentadas a eles no último ano; disse que nada mais justo do que diminuir a tarifa ou zerar, porque eles estavam pagando, o Município estava pagando, cada um estava pagando, ele estava pagando, estava todo mundo pagando, mesmo quem não andava de ônibus, estava todo mundo pagando, e estava faltando dinheiro nas áreas críticas, nas áreas sociais, no Saneamento Básico, na Saúde, estava faltando dinheiro em tudo, na manutenção da Cidade, o poder de investimento da Cidade estava se deteriorando, em virtude de promessas políticas, que de uma certa forma quem estava pagando por isso era a população, ninguém estava recebendo nada de graça, ninguém estava pagando só um real, não, e se falava que era um real; voltou a dizer que eles tinham que discutir, e que ele achava que aquele ano seria o momento propício de se fazer discussão, abrir a possibilidade de novas

empresas, no Município, e que era o ano de se fazer isso, e que não adiantava nada depois reclamar que não tinha concorrência, e que não iria ter mesmo, porque estava se fechando um contrato com a empresa, e que se eles não colocassem uma data de expiração como foi proposto ali e os pares aprovaram, esse contrato estaria em vigor, e ele faria o contrato com a empresa e ficaria aí para o resto da vida, e pediu para que imaginassem em dois mil, dois mil e cinco, noventa e sete, se eles pagassem subsídios para a “Serrano”, ainda; além da turma falar que o transporte era uma “merda” e continuava uma “merda” no Município e continuava, e que estava mais lotado, mais atrasado, enfim, estava tudo uma porcaria, e que não era o transporte que Jaguariúna merecia, e com a tarifa mais cara da Região Metropolitana, e repetiu, a tarifa mais cara da Região Metropolitana das Cidades, e que eles estavam achando que estava tudo uma beleza; disse que fazia uma emenda ali, através dos nobres Pares, que a Casa aprovava, abaixando a tarifa... Por que abaixar a tarifa, perguntou; disse que era para discutir mais, e que aquilo era um veto e eles podiam rejeitar o veto, e iria acontecer que o Prefeito iria tentar propor isso ao Tribunal de Justiça para saber se aquilo que ele tinha proposto estava certo ou errado, e que era para deixar o Tribunal de Justiça decidir, e eles darem uma tarifa mais condizente à população, condizente com o transporte que se tinha na Cidade, porque não era esse transporte que ele queria para Jaguariúna, e que achava que o transporte de massa hoje, tinha que ser observado de uma forma, realmente, metropolitana, onde o Sr. Presidente fazia parte do Parlamento Metropolitano; disse que eles tinham que discutir, participar e que era o momento, e que não adiantava nada eles darem mais uma carta branca ao Executivo, e depois a população ficava: “tá um real, tá bom!” Fazer o quê? Estava bom, e não estava bom mesmo, perguntou; disse que estava bom, era lógico que estava bom, e que não iria nem reclamar; disse que era triste e que não era desta forma que eles queriam uma discussão para o transporte, o transporte tinha que ser digno, todo mundo tinha que andar de ônibus, todo mundo, e que não era só quem, realmente, necessitava, que era obrigado a pegar para ir para o trabalho, para ir para determinado local; tinha que ser um transporte do qual ele deixasse seu carro em casa, e iria trabalhar de ônibus, e para ele tinha que ser viável: tinha que ter horário, tinha que ser digno, limpo, com GPS, controle, e que hoje eles continuavam nas mãos de uma nova empresa, e que eles tinham perdido a oportunidade de discutir tudo aquilo que, antigamente, eles escutavam de críticas na Casa, que era somente à Serrano que trabalhava em Jaguariúna, por que não se trazia uma nova empresa, por que não se tinha mais ônibus, e continuava a mesma coisa; voltou a dizer que eram dezesseis ônibus, passou

quinze anos e tinham dezesseis anos, e que há quinze anos atrás eram dez, e que era só pegar o contrato e comparar com a última planilha que foi encaminhada, e aí iria ficar por isso mesmo, perguntou; mais um ano? Pediu aos nobres Pares para que votassem contra esse veto e que era uma forma de não concordarem com o transporte em Jaguariúna, e que não estava falando da tarifa, estava falando do transporte, e que não era um transporte digno para Jaguariúna, e que tinha aí situações calamitosas, principalmente, lá no Bom Jardim, e que tinham moradores reclamando da situação dos ônibus, da precariedade dos ônibus que eram, realmente, os ônibus mais velhos que iam para aquela região, antigamente, eles tinham ano de ônibus, tinha-se uma média dos ônibus que estavam no transporte coletivo, e que se tinha uma média, e se não se enganava eram cinco anos, e o Zé Roberto devia se lembrar, que eram cinco anos de média, confirmou com o Zé Roberto, entre o ônibus mais novo e o mais velho, e que se poderia ter um ônibus novo e um velho de dez anos, e que hoje eles não sabiam mais qual a idade dos ônibus da frota, e que era perigoso, porque depois acontecia acidente, aí falavam que o motorista não estava preparado, entre outras coisas, e que não adiantava reclamar, o momento era aquele, e eles estavam pagando por isso e muito para essa empresa, muito, repetiu; disse que nada mais justo ao longo desse ano, ou anteriormente àquela data que eles estavam discutindo agora, que a empresa os chamasse, mostrasse uma proposta, era uma parceira deles, sempre foi, e que sabiam das dificuldades, que tinha linha que não era rentável, e que tinha linha que, realmente, não dava dinheiro, mas se pegasse uma linha do Nassif estava todo dia lotada, ou do São José, ou do Florianópolis, enfim; tinha linhas deficitárias, e eles tinham que sentar, o subsídio era importante, era importante, mas dentro daquilo que o Município podia pagar; disse que no primeiro ano, pagaram três e trinta, e repetiu, três e trinta; no segundo ano o Prefeito os chamou, dizendo que três e trinta não dava para pagar mais, estava muito, e que eles tinham que segurar para ele, na Câmara e diminuir o valor da tarifa, e que parecia que tinha abaixado para dois e setenta, e perguntou ao seu Assessor, Zé, se era isso, e o mesmo confirmou os dois e setenta, e que continuavam a pagar um e setenta, o Município pagando um e setenta, e saindo dinheiro da Saúde, da Educação; disse que falava isso porque ele alegava ali que ele, Vereador, estava abaixando a tarifa e não tinha a fonte de receita para subsidiar isso, e quando ele, Prefeito, propôs um real, ele, também, não falou onde era a fonte de Receita, porque ele aprovou no primeiro mês, e que ninguém nem sabia de onde vinha o dinheiro, e que hoje eles sabiam que estavam saindo de áreas que eram importantes, e estava trazendo prejuízo para o Município; disse que era uma forma deles protestarem, de não concordar

com isso que estava sendo apresentado, e de tentar discutir o transporte, e que aquele era o ano, e voltou a dizer que o prazo se encerrava em trinta e um de março, confirmou com a Karina se era esse o prazo mesmo, e achava que o contrato era trinta e um de março, e que não se lembrava, mas que era naquele ano, e achava que o Dr. Airton tinha o contrato, uma vez ele pediu, e não se lembrava, disse ao Doutor, e que sabia que era de quinze anos, e que era aquele ano ali, março; disse, entre outras coisas, que era a forma de se trazer a empresa para discutir, e que ninguém queria tirar a empresa da Cidade, e que sabiam que existia um cartel, que uma empresa não entrava no lugar da outra, e que se abrissem uma licitação, aí, não iria aparecer outra empresa, mas tinha que deixar claro para a população, porque não aparecia, porque existia um cartel, uma empresa não entrava no lugar da outra: “eu não vou te encher o saco na sua cidade, você não vai encher o saco na minha!” Disse que isso tinha que ficar claro, e que se ela era uma parceira deles, era para exporem isso para todo mundo, para a sociedade discutir, enfim, se tivessem que trazer outra empresa, era para trazerem, o que não podia era ficar aí o “blá-blá-blá” político, ainda mais numa época de eleição que iria se iniciar, que nada foi feito para o transporte, e que o momento era esse que eles estavam passando, e que sabia que para discutir o projeto tinham um tempo, e lhe informaram que faltava dois ou três minutos, e pediu aos Pares que era para votarem contra esse veto, votar contrário ao veto, que quem iria ganhar com isso iria ser a população de Jaguariúna, e abrir a oportunidade da discussão, e que era isso que pedia a eles; agradeceu. A seguir, em votação, foi o Veto Parcial oposto ao Projeto de Lei nº 036, de 2011, que dá nova redação aos artigos 11 e parágrafo único, art. 12, parágrafo único do art. 13, §§ 2º e 3º do art. 14 e art 32 da Lei nº 2.025/2010, que dispõe sobre a organização dos serviços de transporte público coletivo de passageiros no Município de Jaguariúna, e dá outras providências, foi acatado por cinco votos favoráveis, sendo dois contrários dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto e Fábio Augusto Pina. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.): pela ordem, tomou a palavra o Sr. Rubens das Virgens que cumprimentou a todos, dizendo que ele tinha sido procurado pelos taxistas quando eles ficaram sabendo da lei, e que eles pediram, porque eles estavam sendo “ferrados”, e que ele tinha muitos amigos que trabalhavam, inclusive ele tinha trabalhado junto com eles, e se baixasse a tarifa, iria complicar mais a situação deles; disse que compreendia a exposição do nobre Vereador Alfredo Chiavegato, achava corretíssima, porém, mesmo que ele votasse contrário, não

iria resolver nada porque já estaria aprovado, segundo e mesmo que aprovasse, por ser de iniciativa do Executivo, jamais o Tribunal iria acatar, iria causar apenas um estresse, entre ele e a solicitação, então, não iriam chegar a lugar nenhum, devido a ele ter se comprometido com eles, votou favorável; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo que não iria mais falar sobre o transporte, mas iria pegar a deixa do Pastor, e que se a tarifa fosse baixada para cinquenta centavos, e quem andasse de ônibus pagaria cinquenta centavos, e que era lógico que se andasse de taxi, porque eles competiam no valor, era o mesmo valor da passagem de ônibus, era um real que eles cobravam, então, se fosse andar de taxi era um real, se estava andando num transporte mais digno, às vezes mais, sabia disso, mas a preocupação deles, se fosse essa, iria entrar num transporte mais digno, se entrar num carro, e que pensava que se eles pagavam um taxi, e andavam sozinhos num carro para levarem onde se queria, por dois reais, e que se a passagem baixasse... diante de manifestação na assembleia, o Vereador disse que achava, realmente, que a população deixou mais uma vez de ser beneficiada, mas tudo bem; disse, a seguir, que gostaria de voltar a citar o exemplo dessa Casa, que eles tinham um papel importante, mais uma vez, independente do Prefeito que iria entrar, e que voltava a dizer que a Casa sempre aprovou um orçamento com quarenta por cento de remanejamento, e que, naquele ano, mais uma vez, viria um Orçamento para a Casa, onde eles poderiam diminuir a porcentagem que o Prefeito tinha para remanejar o seu orçamento para o ano de dois mil e treze, e que falava ali que era um momento delicado, e que não importava o Prefeito, se eles quisessem que as obras acontecessem, era só eles diminuírem o valor que o Prefeito tinha de remanejar o Orçamento, acabou; disse que se eles colocassem dez milhões de recursos para fazer a obra do asfalto do Bom Jardim, que era a estrada principal, que era a grande reivindicação deles, e que se colocassem dez milhões lá, e engessar o orçamento do Prefeito, engessavam, ele não poderia remanejar, os dez milhões iriam ficar lá para fazer a obra, se não, não fazia, ele não iria fazer nada com o dinheiro, e podia não fazer, mas naquele dinheiro não mexia; disse que essa era a grande jogada da participação da Câmara, e disse que, mesmo que tivesse o orçamento lá, e se ele chegasse no ano que viria, ou outro Prefeito que fosse, e falasse que não poderia gastar aquele dinheiro naquela obra, porque ele tinha uma coisa mais prioritária a ser feita, tinham que fazer a sala para o tomógrafo, ele poderia chamar a Câmara, num projeto de lei, remanejar o dinheiro do asfalto do Bom Jardim, e transferir para a sala do tomógrafo, e que ele só estava dando um exemplo, e que se a Câmara aprovasse tudo bem, e qual o papel do

Parlamento, ali, perguntou; chegou o projeto na Casa, chamavam a população para a discussão, e que era esse o momento deles de se discutir, e o que eles estavam falando ali era tudo balela, tudo balela, e fez comentários, dizendo que iriam sonhar a vida inteira, porque podiam agir e não agiam, exclamou; disse mais uma vez que iria sonhar a vida inteira, e que a participação do Legislativo era importante, e que eram quatro anos falando isso, e poderia perguntar para ele, por que ele não tinha falado isso das outras vezes, e respondeu que era porque das outras vezes tinha meta, todo ano eles discutiam com a sociedade o Orçamento, e que eles sabiam onde iria ser feita a praça, sabiam onde seria feita a escola, e quatro anos se passaram, onde foi feita uma escola em Jaguariúna, perguntou se alguém sabia lhe dizer; uma creche? Ah! Que poderiam dizer que tinha a creche do Florianópolis, e que era mentira, porque lá foi dinheiro que o Tarcisio deixou, deixou porque terminou o ano dele, ele tinha que deixar o dinheiro, e que não podia deixar obra sem terminar, e que naquele ano era mais difícil, porque se ele começasse uma obra e não terminasse, ele tinha que deixar o dinheiro em caixa, então, ele não iria começar obra, ele não era louco, ele tinha que deixar o dinheiro, senão ele tinha que por do bolso; voltou a dizer que a grande participação, mais uma vez, aquele ano era o ano deles, mais uma vez da Casa, da responsabilidade deles terem a possibilidade do futuro Legislativo sentar-se com o Executivo e discutir as prioridades do Município, e que estava falando isso em todas as áreas, porque tinha dinheiro para obra, tinha dinheiro para Saúde, para a Educação, por isso que existia um orçamento, e que ele sempre insistia nesta frase, nesta tecla, e iria insistir mais uma vez: pediu aos nobre pares, não importando o Prefeito que iria ter, que engessassem o Prefeito, deixassem a Câmara participar, porque eram eles que davam a cara para bater, e que tinha gente que se fechava a três, quatro portas lá, que tinha até digital para entrar, e não atendia, e só atendia com vários horários marcados, ou de vez em quando, de quarta-feira, ia de monte para entrar na sala todo mundo junto; disse que eles, Vereadores, davam a cara para as pessoas, no dia a dia, e elas podiam falar para eles o que bem entendessem, e eles tinham a obrigação de passar os projetos que existiam na Casa para a Sociedade; pediu a todos que aproveitassem aquele ano, que eles sabiam que era um ano complicado, para propor tais mudanças ao Município, que eles não podiam ficar esperando obras e não aconteciam, mas não tinha dinheiro, não sabiam, para onde tinha ido, e que não sabiam mesmo, porque ele gastava do jeito que ele queria, quarenta por cento de duzentos e cinquenta milhões, eram cem milhões, e que era muita grana que se mudava para lá, mudava para cá, tirava para lá, tirava para cá, e que só não podia mexer com dinheiro de funcionalismo, salário, aquele não

podia mexer, ficava parado; pediu aos nobres Pares que lhes desse essa oportunidade, senão eles iriam estar ali, iria passar mais um ano brincando de revitalizar tudo, e iriam até que fazer um projeto de revitalizar placas, confirmou com o Sr. Mauricio, porque estava tudo torto, e que não sabia se era uma forma arquitetônica demonstrar as placas do Município, ou era marketing, porque eles estavam revitalizando até a limpeza pública, e que tinham colocado, achava, três placas nos bairros, isso porque no primeiro ano já tinha placa no bairro, dizendo que dia o bairro iria ser limpo, três anos se passaram e não foi limpo, e que na placa estava lá, aí com o vento caiu e colocaram placa nova lá, e que podiam ver que estava tudo lá, e de cor diferente, estavam lá as placas, falando o dia que iria passar; entre outras coisas, voltou a dizer que eles iriam brincar revitalizando: revitalizaram o centro, alguém, viu, perguntou, mas revitalizaram, tiveram um projeto de revitalização do centro; revitalizaram a Saúde, e nunca tinha ouvido tanta reclamação na área da Saúde como estavam vendo agora, sem contar os fatos que vinham ocorrendo, e que não iria nem entrar nesta esfera, e que queria acreditar, realmente, que foi uma fatalidade que aconteceu no Município, porque tinham visto um exemplo no “Fantástico”, o que se passou no “Fantástico” no dia anterior, com a corrupção, foi algo inadmissível e algo que não devia ter cabimento, deveriam ser todos presos, algemados e não sair de lá de jeito nenhum, gente que fazia isso com o dinheiro público, e que era impressionante; disse que revitalizaram a Saúde, e que não sabia para onde tinha ido o dinheiro da Saúde, não sabia o que tinham revitalizado; se falava da Farmacinha vinte e quatro horas, “Dipirona”, “Eparema”, era isso que tinha, e para pegar esse tipo de remédio, tinha que chegar lá no Hospital e ser internado, ou passar de noite, porque na Farmácia que tinha ali, servia muito bem à população, e só para quem ia lá e precisava passar por um médico para pegar um remédio, e mesmo assim um remédio de grande complexidade não tinha, e não tinha mesmo, e que não adiantava falar que tinham revitalizado, revitalizaram nada; não fizeram um Posto de Saúde, não fizeram nada, não contrataram médico, e que estavam fazendo a UPA, e que a UPA estava lá sendo construída com recursos do Governo Federal, e para botar a UPA para funcionar, precisava de dezoito médicos, eram três especialidades, cada médico trabalhando quatro horas, e precisava-se de um Clínico Geral, um Ginecologista e um Pediatra, precisava de dezoito médicos, e por que já não se contratava o médico, e punha para trabalhar nos postinhos de saúde para diminuir as filas, perguntou; disse que era isso que eles tinham que ver, e não revitalizaram nada, e que ele não tinha visto nada; perguntou o que mais que eles revitalizaram? Disse que não se lembrava, e perguntou se tinha

mais alguns minutos, e começou a se lembrar: placas, centro, e que teve tantas revitalizações, e que tudo aquilo que funcionava eles revitalizaram, queria dizer, que tinham acabado com tudo, e que Jaguariúna parou com todos os benefícios, os ganhos que eles tinham recebido ao longo dos anos, que fez com que a Cidade chegasse a ser falada e decantada por todo mundo aí, e que acabou, infelizmente, acabou; disse que cabia, realmente, a eles brigarem para trazer Jaguariúna de volta aos trilhos, e que isso eles iriam fazer, e não iriam se aquietar nunca, e que a população, realmente, tinha que estar vendo, e que se aqueles que eram da Cidade, e conhecia como era Jaguariúna há algum tempo atrás, e quem se lembrava da musiquinha, perguntou; dois mil, dois mil e quatro, dois mil e oito: “Você se lembra como era Jaguariúna há algum tempo atrás?” Disse que ele se lembrava, e que hoje ele não queria saber da imagem que tinha hoje, porque não tinha nada agradável, haja visto as aparições na mídia, só de forma difamatória, e que não era isso que queriam para Jaguariúna; disse esperar que as obras acontecessem no Município, que a Câmara fosse participativa, que a população fosse ouvida, e quem fosse o maior beneficiado com tudo isso, não fosse um grupo político, e sim, a população, porque a política passava, eram quatro anos, e que sabiam, escutavam aquela abelhinha que tinha aquela propaganda, de quatro anos enchendo o saco, mas ela passava, ela passava rapidinho e faltava pouco, faltava pouco para eles, realmente, não cair mais em falsas promessas, e, realmente, analisar como era e como estava, (o Sr. Presidente chamou o Vereador), e ninguém iria votar mais através de promessas, e agradeceu. Terminada a Explicação Pessoal, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia três de abril de dois mil e doze, terça-feira, com início determinado para às dezenove e trinta horas, dando início, a seguir, à Tribuna Livre. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri
Presidente

Vereador Fábio Augusto Pina
Vice-Presidente

Referente à Ata da 6ª Sessão Ordinária, realizada em 20 de março de 2012.

**Vereador Rubens das Virgens
Primeiro Secretário**

**Vereador Alfredo Chiavegato Neto
Segundo Secretário**



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

